

MOVIMENTO ESCOLA NOVA E GEOGRAFIA ESCOLAR MODERNA: A QUESTÃO NACIONAL EM RAJA GABAGLIA

Lucas Zanelatto Pullig¹
lucaszanelatto@id.uff.br

Resumo

Este artigo decorre de uma pesquisa de iniciação científica realizada no âmbito da Universidade Federal Fluminense e se insere na historiografia da Geografia Escolar através da análise do manual escolar para o Curso Secundário “Praticas de Geographia” (1930), de Fernando Antonio Raja Gabaglia, buscando identificar nele a discursiva de construção do nacional durante o Estado Vargas. O manual foi contextualizado historicamente através de um sobrevoo sobre o histórico das transformações territoriais do Rio de Janeiro, sobre o conceito de modernidade e as suas influências no Movimento Escola Nova e na Geografia Escolar Moderna. Para a análise, foi utilizada a perspectiva qualitativa da análise documental, acreditando que os dados não delimitam, nesse sentido, verdades absolutas. Cotejamos possibilidades através da reunião de conjuntos de indícios na obra. Por fim, apontamos para uma escolha curricular tomada por Raja Gabaglia que põs em pauta a valorização da agenda nacional no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Geografia Escolar; currículo; ideologia nacional.

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica² realizada no âmbito da Universidade Federal Fluminense e atua no trabalho de resgate da história da Geografia Escolar através da análise do manual escolar para o Curso Secundário “Praticas de Geographia” (1930), de Fernando Antonio Raja Gabaglia - intelectual de importância capital para a renovação dos métodos de ensino e objetos da Geografia no contexto da primeira metade do século XX, sob o signo do Movimento Escola Nova. Para isso, é necessário contextualizar a obra diante das suas circunstâncias históricas, teóricas e ideológicas.

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Artesanias Geográficas e Educacionais (AGE/UFF).

² Este artigo é fruto da pesquisa de iniciação científica “Investigando a História da Geografia Escolar: Os manuais escolares de Raja Gabaglia para o curso secundário (1920-1940)”, financiada pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/012158/2021;



Desta forma, o texto foi separado em seções para o seu melhor entendimento. Num primeiro momento, há um sobrevoo sobre o conceito de modernidade, articulando-o ao processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro no contexto da Reforma Pereira Passos e suas contradições de ordem social. No segundo momento, a contextualização se volta para o Movimento Escola Nova e à Geografia Escolar Moderna, havendo uma breve apresentação do professor Fernando Antonio Raja Gabaglia. Por fim, a análise do objeto propriamente dita. Nesse momento, foram cotejadas possibilidades a respeito instrumentalização da Geografia em prol da difusão de um ideal nacionalista pelo Estado Varguista emergente em 1930, podendo se constatar em Raja Gabaglia a busca pela valorização da agenda nacional.

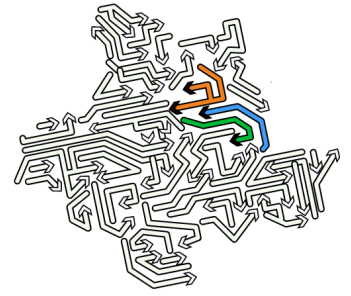
Metodologia

Assim como Ferracini (2012), acreditamos que os manuais escolares são fontes oficiais (em algum momento utilizadas pelo Estado) elaboradas em diferentes contextos, sendo também representações culturais que extrapolam os limites institucionais, devendo ser tratados qualitativamente.

Para o tratamento dos dados a partir da perspectiva qualitativa da análise documental, de acordo com Bacellar (2008), acreditamos que eles não são delimitadores de verdades absolutas. Esse ponto reforça a necessidade de uma contextualização do objeto de estudo diante do seu contexto histórico. Para a etapa da contextualização, recorreremos a uma breve revisão da literatura sobre o conceito de modernidade, assim como sobre as reformas urbanas do Rio de Janeiro do século XX, o Movimento Escola Nova e a Geografia Escolar Moderna.

Para a etapa da análise, além da contextualização do documento, seguimos os procedimentos descritos por Bacellar (2008): estabelecer critérios, avaliar suas possibilidades, e estabelecer o olhar de historiador. Ainda nos utilizamos do paradigma indiciário formulado por Ginzburg (2016), acreditando que na pesquisa qualitativa é necessário se atentar aos indícios identificáveis na obra, pois “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas — sinais e indícios — que permitem decifrá-la” (p.177). Dessa forma, hipóteses são cotejadas a partir da formação de conjuntos de sinais e indícios.

A modernidade e a modernização do Rio de Janeiro republicano no início do século XX



Numa análise preliminar, Giddens define a modernidade como “(...) estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (1991, p.11). Bauman (1999) aponta a “modernidade sólida”, termo cunhado por ele para designar esse modo de

vida surgido na Europa por volta dos séculos XIV e XV - que teve seu apogeu nos séculos XIX e XX - é caracterizada principalmente pela ideia de projeto moderno. Isso consistia em controlar o mundo através de um ordenamento racional e técnico (MOCELLIM, 2007). Segundo Bauman (2002), o enrijecimento das relações humanas e do pensamento são condições fundamentais desse período histórico. Dessa forma, as instituições que organizam esferas sociais, como o Estado adquirem caráter inflexível, rígido.

Nesse contexto de solidificação das instituições, Bauman (1999) destaca o Estado, a família, a ciência moderna e o capitalismo. Ao Estado é atribuído o papel de controle social, através da formulação de critérios organizadores da vida cotidiana. Dessa forma, “esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas” (BAUMAN, 1999, p.29). A ciência moderna está, nesse contexto, imbricada à necessidade de conhecimento da natureza para dominá-la, subordinando-a às necessidades humanas (Idem, p.48). Para Mocellin (2007), a implementação do projeto moderno passava fundamentalmente pelo papel de controle do Estado-Nação - o que, de forma intrínseca o conectou à ciência moderna, promovendo o conhecimento e a categorização de tudo e viabilizando o controle.

Podemos inferir que a modernidade é o período da ordem, das regras, do monopólio estatal da violência, do controle ao corpo. Na sua face econômica, é o tempo do “capitalismo pesado” (BAUMAN, 2001, p.166), marcado pelo “(...) engajamento entre capital e trabalho (...). Os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento” (BAUMAN, 2001, p.166-167).

Dessa forma, uma característica fundamental das sociedades modernas industriais sob a égide do capitalismo pesado é o crescimento das cidades sob influência da relação entre capital e trabalho. Levando em consideração o contexto de afloramento do Movimento Escola Nova e da Geografia Escolar Moderna, sob a tutela de um Estado forte e centralizador que

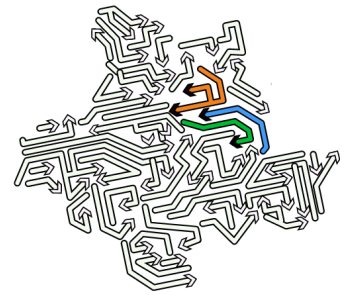
privilegiara o desenvolvimento industrial como política pública a partir da década de 1930, é de extrema importância elencar esses fatores sócio-históricos que estiveram no enraizamento do escolanovismo e da modernização do ensino no contexto analisado. A escola e a educação como instituições ganham maior protagonismo nesse cenário a partir da mudança da matriz de produção do país, formando mão de obra técnica por meio de ideologias positivistas.

No Brasil, o ideal de modernidade é intrinsecamente estrangeiro (OLIVEN, 2001, p.3). Dessa forma, a modernidade deve ser importada, para que possamos nos tornar também modernos. Toma-se a cultura europeia como modelo a ser adotado.

Para Oliven (2001), a elite republicana burguesa emergente no país no início do século XX se pautou no positivismo enquanto ideologia vislumbrando a modernidade e justificando os meios autoritários para alcançá-la. Dessa maneira, a modernização pode ser entendida como processo dotado de tensões sociais potencialmente materializadas no espaço. Segundo Rémond (1974), a configuração e as funções das cidades foram alteradas drasticamente com o advento moderno. O processo de industrialização inferiu subsequentemente no crescimento do tecido urbano e na demografia da cidade.

O contexto local de principal atuação do professor Fernando Antonio Raja Gabaglia, autor da obra analisada aqui - o Rio de Janeiro - passou por inúmeras transformações no início do século XX nos rumos da modernidade. Era uma cidade em clima constante de ebulição social. Segundo Abreu, essa modernização foi necessária para “(...) adequar a forma humana da cidade às necessidades reais de criação, concentração e acumulação de capital” (1987, p.59). Para o autor, o crescimento das exportações e da participação do país no cenário do capitalismo global antes das primeiras décadas do século suscitaram uma nova organização espacial, o que incluiu o espaço urbano da então capital do país (Idem). Sobre o considerável crescimento urbano do Rio de Janeiro nesse contexto, Fernandes e Júnior ressaltam que o panorama do Rio de Janeiro nesse período era o seguinte:

(...) relevo acidentado dificultando a edificação de residências, construções que não acompanhavam a demanda de habitantes, insalubridade da capital, doenças contagiosas, varíola, tuberculose, febre amarela, dificuldade de abastecimentos alimentares e outros gêneros, desemprego crônico, carência de moradias, fome, baixos salários, misérias, entre outros problemas. (2013, p.26)



Além disso, conforme afirma Abreu (1987), agilizar as importações e exportações de mercadorias era fundamental para o país, necessitando, portanto, de uma rede logística eficiente. Diante das contradições da expansão urbana, inspirados na grande reforma urbana de Paris das décadas de 1850 a 1870 e imbuídos de ideologias do progresso, os entes federativos na figura do então presidente Rodrigues Alves designam Fernando Pereira Passos

para a realização de uma grande reforma urbana nos moldes parisienses no início do século XX, durante a chamada Belle Époque carioca. Mallmann ressalta que

A cultura da modernidade predominante na Belle Époque é eminentemente urbana, e a cidade é consolidadora, (...) é o lugar da construção da modernidade, é a metrópole, enfim, a forma mais específica de realização da vida moderna. O Rio de Janeiro, sobretudo no governo de Pereira Passos, foi essencialmente influenciado pelo modelo francês de Haussmann, o gestor da Paris burguesa e monumental surgida entre 1853 e 1870. (2010, p.106)

Nesse sentido, a reforma também foi pensada para refletir o clímax do progresso. Um país moderno demandaria uma capital igualmente moderna. Essa ideologia se materializou na paisagem através das políticas higienistas autoritárias, como o chamado bota-abaixo a partir de 1903 - a destruição de cortiços e casarões que abrigavam a população pobre, em sua maioria ex-escravizada, para o alargamento de vias e construções de prédios modernos - o que acabou por tensionar o tecido social urbano, empurrando pobre para o subúrbio e generalizando processos de favelização. Em carta enviada à Câmara em setembro de 1903, Passos ressalta que o projeto de reforma promoveria o "embelezamento e saneamento da cidade" (ABREU, 1987, p.60). Além dessa materialização, houve também a tentativa de mudar os hábitos da população, sobretudo pobre, aos moldes europeus (MALLMANN, 2010).

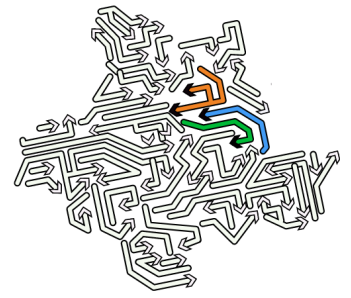
Das diversas transformações ocorridas no Rio de Janeiro urbano e capitalista emergente no século XX, a Reforma Pereira Passos tem uma característica paradigmática. Segundo Abreu (1987, p.63), ela deu novas funções à cidade e representou a primeira grande intervenção do Estado sobre a forma do urbano, organizada através da orientação pela ideologia e pela economia - removendo os pobres das áreas mais valorizadas da cidade. Em suma, através do alargamento e do calçamento de vias, da canalização de rios e da destruição de moradias populares com o discurso calcado no higienismo, a reforma resolveu algumas das

contradições da cidade nos rumos do progresso republicano, ao passo que ocasionou outras - como a ocupação precária dos morros do centro e o processo de suburbanização da classe trabalhadora carioca (ABREU, 1987).

Movimento Escola Nova e da Geografia Escolar Moderna: Raja Gabaglia enquanto expoente da modernização do ensino

O Movimento Escola Nova passou a ter proeminência no Brasil a partir da década de 1930, depois da eclosão de um Governo Provisório que pautou o desenvolvimento do país através da industrialização e da urbanização. O Estado Vargas promoveu, nesse sentido, medidas no campo educacional de modo a tornar a educação uma preocupação a nível nacional. Segundo Saviani, era “(...) evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central” (2008, p.196).

Nesse contexto, o escolanovismo representou um movimento político-pedagógico de modernização da educação no Brasil à luz do surgimento e da consolidação de uma burguesia industrial no país. Segundo Saviani (2008), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) se justificou a partir do ponto de vista da economia, propondo a renovação da Educação brasileira. O Movimento mobilizou um aparato ideológico intencionando a formação do cidadão através de um processo educativo físico, moral e cívico, “(...) desenvolvendo nos alunos hábitos higiênicos, despertando o sentido da saúde, a resistência e vitalidades físicas, a alegria de viver” (Idem, p.212). O escolanovismo também representou uma virada epistemológica e curricular importante, ao passo que buscou implementar as bases da ciência moderna na escola, de modo a dar o suporte técnico à formação da mão de obra para o trabalho fabril. Além disso, a proposição da renovação das metodologias de ensino punha o aluno e o seu contexto social na centralidade do processo de aprendizagem (SAVIANI, 2008), com a ampla valorização do ensino ativo através das bases biopsicológicas do movimento, considerando a influência do meio social nas relações de vida dos alunos (Idem). Em suma, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova previu a laicidade do ensino,



assim como que a função da educação fosse essencialmente pública e gratuita, permitindo que o indivíduo se desenvolvesse de acordo com as suas aptidões naturais.

No que tange à Geografia Escolar, podemos dizer que Delgado de Carvalho - intelectual de notável atuação política e grande circulação nesse contexto - foi um importante propulsor no seu processo de modernização, sendo um dos principais responsáveis pela inserção do escolanovismo no Brasil, representando a Geografia no processo de formulação do Manifesto de 1932 (ROMANELLI, 1984). Para Rocha (2009), nesse contexto, “o ensino

desta geografia deveria ser feito a partir de uma pedagogia também moderna, preocupada com a aprendizagem ativa, participativa e que defendia o uso de métodos intuitivos nas salas de aula” (p.76). Nesse momento, a Geografia se aproximou dos ideais positivistas se utilizando dos objetos e métodos da ciência moderna empirista (PULLIG; SILVA; PEREIRA; 2022), explorando, assim, amplamente a Geografia Física. Portanto, a modernização implica uma mudança curricular em relação à Geografia Escolar tradicional enciclopédica. Se antes o foco e a linguagem geográfica nas escolas valorizassem a descrição do mundo, de caráter altamente corográfico, a Geografia Escolar Moderna deu ênfase à descrição dos fenômenos (ROCHA, 2009).

Outro ponto importante a se ressaltar a respeito da Geografia Escolar Moderna é a sua instrumentalização para a difusão dos ideais nacionalistas durante a temporalidade da Era Vargas. Segundo Rocha, Delgado de Carvalho “(...) defendeu a posição de que a geografia pátria deveria ser a base e o ponto de partida dos estudos referentes à fisiografia e da geologia do globo terrestre” (2009, p.88), propondo que os professores valorizassem os conteúdos relacionados ao território nacional em detrimento dos estrangeiros. Silva (2019) afirma que o Estado emergente tinha por preocupação a busca pela unificação do país, criando uma identidade nacional através da cultura. Nesse sentido, Delgado quis efetivar empiricamente e simbolicamente o projeto de nação via modernização do ensino da Geografia. O Estado-nação e a ciência moderna se articularam almejando fins como a unidade do nacional - categorizando a natureza e promovendo amplo conhecimento do território para então exercer o controle.



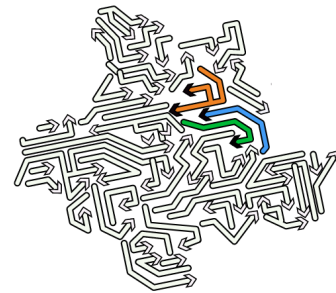
De acordo com Rocha (2009), Delgado de Carvalho reconheceu frequentemente a importância capital de Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre para a renovação dos conteúdos e metodologias de ensino no Colégio Pedro II. Para Cabral (2022), apesar da sua importância na renovação da Geografia Escolar, Raja Gabaglia é tratado de forma rarefeita pela historiografia do pensamento geográfico brasileiro.

Fernando Antônio Raja Gabaglia nasceu no Rio de Janeiro em 1885 (CABRAL, 2022) e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas pela antiga Faculdade Nacional de Direito (Idem, p.2). Atuou como diretor do Colégio Pedro II por doze anos, de 1933 a 1945 (Idem, p.3) e como Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal entre 1945 e 1946 (Idem, p.4). O professor foi um importante autor de obras de cunho escolar e acadêmico, assim como teve importante atuação política no contexto educacional do Rio de Janeiro da primeira metade do século XX.

Raja Gabaglia promoveu uma radical modernização da Geografia Escolar do Colégio Pedro II. Em *Práticas de Geographia* (1930), o autor propôs uma modernização radical dos métodos de ensino, buscando orientar as aulas através da experimentação e do ensino ativo (PULLIG; SILVA; PEREIRA, 2022). O professor também mostrou sua preocupação com a questão do nacionalismo. Em 1916, Raja Gabaglia publicou a obra *Fronteiras do Brasil*, onde ele discute a categoria território e resgata o histórico da formação territorial do país, contribuindo para o seu conhecimento numa perspectiva nacionalista. Segundo Cabral, “(...) o autor moveu-se nos entremeios da política varguista de difusão cultural, levantamento de informações sobre o território e propagação do nacionalismo” (2022, p.4). O autor também ressalta que Raja Gabaglia teve enorme circulação à época, o que lhe deu grande importância acadêmica e escolar. Nesse sentido, este trabalho se dedica à análise do manual escolar “*Práticas de Geographia*” (1930), pretendendo contribuir para o resgate histórico da discussão curricular e metodológica da Geografia Escolar a partir de uma característica marcante da bibliografia de Raja Gabaglia - a busca pelo nacional.

O nacional em “Práticas de Geographia”(1930), de Raja Gabaglia

O manual escolar “*Práticas de Geographia*” (1930) é um compêndio para o Curso Secundário voltado aos professores de modo a orientar as aulas com base em metodologias ativas de ensino. Segundo Cabral (2022), o manual foi importante para a formulação das



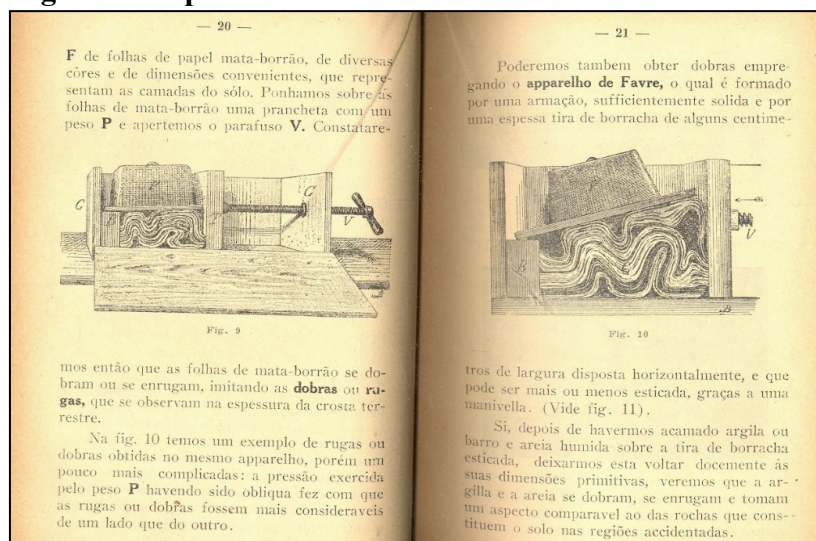
reformas oficiais subsequentes a ele. . Logo de início, já na apresentação da obra, Raja Gabaglia firmou o objetivo que pretende alcançar:

O ensino da Geographia deve ter sempre um cunho pratico. Para attender a este objectivo é que organizamos o presente livro, que servirá de guia nas aulas praticas para os professores de e alumnos de Geographia Geral e Chorographia do Brasil no Collegio Pedro II, dos institutos a elle equiparados e, em geral, de todos os estabelecimentos de ensino secundario e normal do paiz. (GABAGLIA, 1930, p.5)

Gabaglia foi bem-sucedido no cumprimento desta proposta. O manual apresenta, de fato, cunho prático. Há a valorização constante da observação enquanto meio para o alcance da compreensão dos conteúdos - como no exemplo a seguir, quando o autor propõe

experimentos para a visualização das dinâmicas da superfície terrestre, como as que ocasionam rugas e dobras, conforme imagens abaixo. Tais experimentos, mais uma vez, ratificam um ideal de ensino ativo pautado na observação pelo indivíduo. É uma opção modernizadora ao passo que em vez de meramente descrever as formas resultantes dos fenômenos, propõe tentativa da sua visualização através da reprodução controlada da física dos processos.

Figura 1: Experiências relativas a forma do relevo terrestre



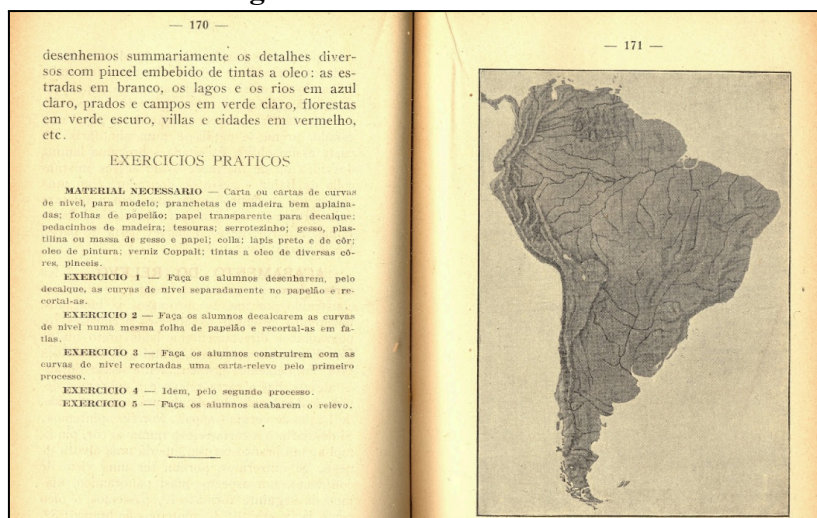
Fonte: GABAGLIA (1930, p.20-21)

A obra apresenta diversas propostas de experiências, sobretudo para demonstrar processos de modificação da paisagem e/ou fenômenos naturais. Esse padrão se repete nas páginas 11, 12 e 13, assim como nas páginas 29, 30, 31 e 32, além de outras - configurando

um conjunto de indícios que corrobora com a apresentação da obra, onde o autor propôs o ensino da Geografia de cunho prático. Uma característica importante nesse contexto é que, geralmente, os processos e fenômenos modificadores da paisagem são típicos de ambientes tropicais, sobretudo na primeira seção, “Demonstrações e Experiências”. Embora não pareça tratar a questão nacional como central nesse fragmento, essa escolha aproxima a ciência geográfica escolar do conhecimento do território brasileiro. Isso fica evidente na página 23, onde o autor trata da formação de dunas pela ação do vento, propondo um experimento. Esse padrão se repete nas páginas 24, 25, 26 e 27, por exemplo. Essa representa uma escolha curricular renovadora ao passo que passa a adotar os fenômenos intra-territoriais como objetos de estudo e não trata apenas de fenômenos recorrentes no continente europeu, como a vertente mais tradicional da Geografia Escolar, de forte influência francesa.

Nesse sentido, as seções 3 e 4 do manual também são importantes - elas dão ênfase à cartografia e à leitura de cartas. No exercício abaixo, o autor propôs atividades práticas utilizando uma carta-relevo da América do Sul.

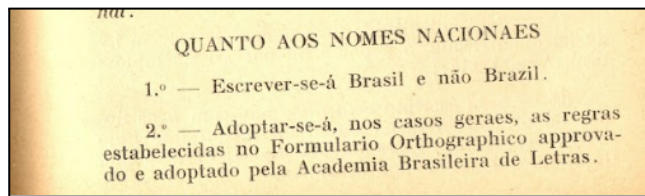
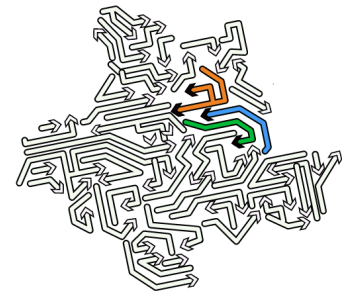
Figura 2: Exercícios Práticos



Fonte: GABAGLIA, 1930, p. 170-171.

Por fim, o autor lista uma série de características físicas do território brasileiro, dentre as quais destacamos as maiores altitudes (p.194) e as principais quedas d’água brasileiras (p.195). Já nas notas finais, Gabaglia apresenta uma preocupação com a unidade do idioma oficial do país, no tópico nomeado “Graphia dos nomes Geographicos”, a partir da página 209, eliminando marcas de estrangeirismos na escrita da Língua Portuguesa.

Figura 3: Graphia dos nomes Geographicos



Fonte: GABAGLIA (1930, p.211)

A partir desses indícios, apontamos para uma escolha curricular feita pelo autor no contexto do Movimento Escola Nova, valorizando os conteúdos inerentes ao território nacional e a difusão dos conhecimentos sobre ele - aproximando a Geografia Escolar da ciência moderna a partir da Geografia Física e promovendo o ensino ativo através do direcionamento do foco das aulas ao alunado.

Considerações finais

A partir deste trabalho, pode-se vislumbrar a influência do conceito de modernidade - fundamentalmente europeu - nas transformações ocorridas no território brasileiro no século XX, o que incluiu a renovação no âmbito educacional promovida pelo Movimento Escola Nova. A modernidade assente no estilo de vida burguês industrial europeu aciona a relação capital x trabalho, acentuando o processo de concentração demográfica nas cidades - o que acarreta o aumento da demanda e das contradições do urbano. Nesse sentido, o Rio de Janeiro - local de atuação profissional e política de Fernando Antonio Raja Gabaglia - sofreu diversas transformações territoriais sob influência do advento moderno e das reformas urbanas de Paris datadas do século XIX, empurrando as camadas mais pobres da população para os morros e para o subúrbio.

Conforme vimos, o advento moderno ganhou força com o avanço da fronteira do urbano-industrial. Nesse contexto, após a eclosão de um governo nacionalista e desenvolvimentista em 1930, os ideais modernos são proeminentes no cenário nacional. Há, nesse período, um Estado centralizador, forte, com o ideal de unificação da nação e integração do país em torno do projeto de desenvolvimento urbano-industrial. Dessa forma, a Geografia Escolar foi instrumentalizada com a intenção de gerar um sentimento nacionalista, patriótico, no tecido social. Nesse sentido, Raja Gabaglia contribui com esse processo propondo metodologias de ensino ativo no processo educativo e fazendo a escolha curricular pelo



nacional, o que influenciou na formulação das reformas educacionais posteriores à sua produção.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. Desafios Educacionais da Modernidade Líquida. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 148: 41/58. jan./mar., 2002.

CABRAL, Thiago Manhães. Fernando Antônio Raja Gabaglia: Um intelectual entre a política, a ciência e o ensino da Geografia. **Terra Brasilis**, 17 | 2022. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/11582>>. Acesso em: 13 de abril de 2023

FERNANDES, Thabata de Faria; JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, jan./ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/archive>>. Acesso em: 25 de março de 2023.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890 a 2003**. 2012, 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

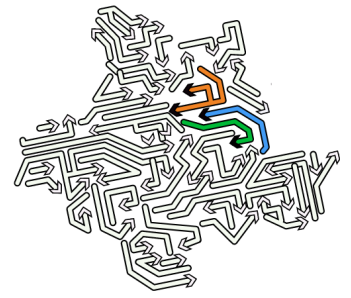
GABAGLIA, Raja. **Práticas de Geographia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MALLMANN, Marcela Cockell. Pelos Becos E Pela Avenida Da Belle Époque Carioca. **SOLETRAS**, [S. l.], n. 20, p. 105-118, dez. 2010. ISSN 2316-8838. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/5168>>. Acesso em: 9 abr. 2023.

MOCELLIM, Allan. Simmel e Bauman: modernidade e individualização. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007 ISSN 1806-5023



OLIVEN, Ruben George. **CULTURA E MODERNIDADE NO BRASIL. São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 3–12, abr. 2001.

PULLIG; Lucas Zanelatto; SILVA, Jorge Fernando; PEREIRA, Diego Carlos. Investigando a história da Geografia Escolar: os manuais escolares de Raja Gabaglia (1930) e Miguel Milano (1932) para o curso secundário. In: Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia, 2022, Salvador. 15. **Anais...Salvador**, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1ktv3cLumP17ml_aYHcXgO0xC9fg6Rve8>. Acesso em: 01 de junho de 2023.

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815 – 1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Por uma Geografia Moderna na sala de aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de geografia no Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 8, núm. 15, 2009, pp. 75-94. Disponível em: <www.mercator.ufc.br>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 5 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.